

TEMA: DIREITOS POLÍTICOS, MIGRAÇÕES E RESISTÊNCIAS

MULHERES RURAIS: experiências e saberes.

FACHIN, Viviane Scalon¹

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias²

OLMEDO, Rhaissa Espindola Siviero³

Resumo: A realidade de muitas mulheres que vivem em comunidades rurais tem sido confrontada com propostas que visam promover igualdade de gênero mais justas nas comunidades educativas, visando potencializar as organizações sociais na erradicação da violência intrafamiliar e a discriminação política, assim, é de suma importância criar políticas públicas que atendam as demandas sociais e econômicas dessas mulheres e reforçar os serviços legais para que desenvolvam atividades de prevenção da violência, propiciando a elas uma assistência adequada e eficaz. Alguns países já vem desenvolvendo políticas públicas e ações sociais que tem como objetivo ampliar o acesso das mulheres rurais às informações, a educação, a saúde, ao trabalho remunerado, as tecnologias, mas, principalmente ao exercício dos direitos sociais, políticos e civis. Acreditamos que seja nosso compromisso social e moral, enquanto mulheres pesquisadoras, professoras, juízas, advogadas, pesquisar e implementar a criação de políticas públicas que atendam às necessidades e especificidades das mulheres, independente das condições econômicas, étnicas, culturais e religiosas a que se vinculem, no intuito de mostrar o que está sendo feito, o que é preciso fazer, como podemos fazer e com quem podemos contar para fazer as mudanças acontecerem. Por entender que o papel do historiador social é desvelar o universo encoberto pelas brumas da ideologia e da arrogância, do descaso e da incompetência, acreditamos que é preciso dar visibilidade aos problemas enfrentados por essas mulheres, responsáveis diretas por mais da metade da produção de alimentos do mundo segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura/2017, e que cumprem uma série de funções-chave para a segurança alimentar ao tempo em que enfrentam altas taxas de pobreza, desigualdades estruturais, permanência em papéis culturais historicamente subalternizados pelo patriarcalismo, sofrendo violência doméstica em todas as suas peculiaridades e, ainda, a falta de acesso a programas sociais que, na sua maioria atendem as populações urbanas. Por estes pressupostos, a proposta deste projeto procura, a partir do conceito chave “mulheres rurais”, enquanto sujeitos do campo, pequenas agricultoras, quilombolas, indígenas, camponesas, assentadas e reassentadas, ribeirinhas, caipiras, lavradoras, mulheres roceiras, sem-terra, agregadas, caboclas, meeiras, boias-frias, agregar estudos, pesquisas e contribuições que tenham como foco de análise a presença dessas mulheres na formação e organização das sociedades, de seus primórdios até a atualidade.

Palavras-chave: Mulheres rurais. Dignidade. Resiliência. Equidade. Superação.

¹ **Apresentante:** Assessora Especial de História da ABMCJMS, Brasil. Doutora em História, docente dos cursos de graduação em História e mestrados Profissional em Ensino de História e Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

² Assessora Especial de História da ABMCJMS, Brasil. Doutora em História, docente no curso de graduação em História, Coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

³ Advogada, Gestora Municipal da Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres de Amambai, Mato Grosso do Sul, Membro da Associação de Mulheres de Carreira Jurídica de Mato Grosso do Sul.

Convite

Para esse trabalho convidamos pesquisadores(as) das diversas áreas do conhecimento para juntos executarmos o Projeto de Pesquisa que tem como temática Mulheres Rurais: experiências e saberes. Após a compilação dos textos de todos os participantes, pretendemos organizar um Evento para apresentação dos resultados das pesquisas e a partir daí publicar artigos em uma coletânea que contribua para promover a divulgação das pesquisas em temas já explorados na historiografia, mas que carecem de estudos mais aprofundados e de amplitude internacional.

Apresentação

A realidade de muitas mulheres que vivem em comunidades rurais em territórios latinos americanos tem sido confrontada com propostas que visam promover relações de gênero mais justas nas comunidades educativas; potencializar as organizações sociais na erradicação da violência intrafamiliar e a discriminação política; criar políticas públicas que atendam as demandas sociais e econômicas dessas mulheres e reforçar os serviços legais para que desenvolvam atividades de prevenção da violência sobre as mulheres e deem a elas uma assistência adequada e eficaz.

O isolamento geográfico e social das mulheres rurais atrelado a indicadores socioeconômicos inferiores que dos demais grupos faz com que as mulheres das áreas rurais ainda estejam invisibilizadas nas políticas públicas.

Alguns países já vem desenvolvendo políticas públicas e ações sociais que tem como objetivo ampliar o acesso das mulheres rurais as informações, a educação, a saúde, ao trabalho remunerado, as tecnologias, mas, principalmente ao exercício dos direitos sociais, políticos e civis.

A partir de 1988, são vários os marcos legais que incluem as mulheres rurais.

No Brasil, foi a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que possibilitou as mulheres rurais o acesso a previdência rural e o direito das mulheres a propriedade da terra. O artigo 195, § 8º da Constituição Federal, deu tratamento diferenciado as agricultoras familiares, dispensando as mesmas, a seguinte definição:

O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exercem suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária, promulgado em 2003, preconizava

O Plano Nacional de Reforma Agrária abraça o desafio de enfrentar o padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais enquanto sujeitos políticos e econômicos do mundo rural, assumindo

que cabe ao Estado a implementação de políticas dirigidas à superação dessa situação de desigualdade social (II PNRA, 2003).

Na Bolívia, desde de março de 2016, vem sendo desenvolvido um projeto coordenado pela Fundação Machaqua Amawta, em parceria e apoio da Agência Extremadura para a Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (AEXCID) e da coordenação da Ongue salesiana Solidariedad Don Bosco, cujo objetivo é reduzir a violência contra as mulheres nas comunidades rurais de Chuma, Ayata e Aucapata, província de Muñecas, Departamento de La Paz.

No Paraguay temos como marco legal a Lei 5446/2015, que trata de políticas públicas para mulheres rurais.

Acreditamos que nosso compromisso social e moral com a sociedade latino americana, enquanto pesquisadores(as), professores(as), advogadas, mestres, donas de casa, enfim mulheres é implementar a criação de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres, independente das condições econômicas, étnicas, culturais e religiosas a que se vinculam. Nosso compromisso é pesquisar, mas, sobretudo mostrar o que está sendo feito, o que é preciso fazer, como podemos fazer e com quem podemos fazer as mudanças acontecerem. O papel do historiador social é desvelar o universo encoberto pelas brumas da ideologia e da arrogância, do descaso e da incompetência.

De acordo com Alan Bojanic agrônomo e representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no Brasil:

As mulheres rurais são as responsáveis por mais da metade da produção de alimentos do mundo. Elas exercem também um importante papel na preservação da biodiversidade e garantem a soberania e a segurança alimentar ao se dedicar a produzir alimentos saudáveis. Por outro lado, as mulheres rurais são as que mais vivem em situação de desigualdade social, política e econômica. Apenas 30% são donas formais de suas terras, 10% conseguem ter acesso a créditos e 5%, a assistência técnica.

Afinal, quem são essas mulheres que compõem as estatísticas? Quais são suas histórias e experiências de vida? Nesse sentido, a proposta procura a partir do conceito chave “mulheres rurais”, enquanto sujeitos do campo, pequenas agricultoras, quilombolas, indígenas, camponesas, assentadas e reassentadas, ribeirinhas, caipiras, lavradoras, mulheres roceiras, sem-terra, agregadas, caboclas, meeiras, boias-frias abrigar estudos, pesquisas e contribuições que tem como foco de análise a presença dessas mulheres na formação e organização das sociedades na América Latina, abarcando desde o período da colonização até os dias atuais.

Mulheres rurais no Brasil

As mulheres são responsáveis por 45% da produção de alimentos no Brasil e nos países em desenvolvimento. Quase tudo o que lucram, 90%, reinvestem na educação e

no bem-estar da família. Trabalham cerca de 12 horas semanais a mais que os homens, mas somente 20% são proprietárias das terras onde produzem. Estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que além de justiça social, o empoderamento da mulher do campo pode representar um aumento de 30% na produção agrícola e garantir a segurança alimentar do planeta.

São mais de 14 milhões de mulheres que estão nas lavouras, comunidades quilombolas, indígenas e nas reservas extrativistas as protagonistas da agricultura familiar no Brasil.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as mulheres rurais são trabalhadoras, responsáveis em grande parte, pela produção destinada ao autoconsumo familiar e contribuem com 42,4% do rendimento familiar. O índice é superior ao observado nas áreas urbanas, de 40,7% e são as principais cuidadoras nas famílias: passam mais tempo que os homens cuidando do bem-estar familiar em termos de nutrição, educação e saúde. Dados globais de 2012 mostram que as mulheres gastaram, em média, 202 horas, por ano, em atividades domésticas, em comparação a 52 horas gastas, por ano, pelos homens (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura).

Embora essas constatações, dados preliminares dados preliminares divulgados hoje (26) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Censo Agropecuário 2017 mostram que o total de estabelecimentos agrícolas nos quais o produtor é do sexo feminino subiu de 12,7% para 18,6% entre 2006 e o ano passado (Agência Brasil, 26/07/2018). Entre 2006 e 2017, o total de estabelecimentos nos quais o produtor é do sexo feminino elevou-se de 12,7% para 18,6% (945.490 pessoas), enquanto os homens passaram de 87,3% para 81,4% (4.100.900) do total (Agência IBGE/Notícias, 26.07.2018). Assim, as mulheres são apenas um quinto dos produtores que administram propriedades rurais (Brasil de fato, 26.07.2018).

Assim, a participação feminina na direção de propriedades rurais está longe de ser equânime, mesmo que tenha aumentado na última década. Isso porque para cada mulher à frente de um estabelecimento agropecuário, quatro homens chefiam a produção (Brasil de fato, 26.07.2018). De acordo com os primeiros resultados do Censo Agropecuário de 2017, divulgados nesta quinta-feira (26) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 4,1 milhões de homens conduzindo propriedades rurais contra 945 mil mulheres (Brasil de fato, 26.07.2018).

O relatório da Força Tarefa Interagencial das Nações Unidas sobre Mulheres Rurais (2012) sobre os progressos na área de gênero em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) revela que, globalmente, as mulheres rurais estão em pior situação comparadas aos homens rurais e mulheres ou homens das cidades para cada indicador dos ODM.

A agricultura familiar pode contribuir para reduzir a pobreza e melhorar a segurança alimentar. Nesse sentido, as mulheres são agentes importantes na agricultura e no desenvolvimento rural, representando 43% do total de trabalhadores em áreas rurais de países em desenvolvimento (FAO, 2017) e, aproximadamente, 30% da força de trabalho rural total no Brasil (IBGE, 2006). As mulheres gastam em média 372

horas, por ano, em atividades rurais, enquanto a média para os homens é de 368 horas (FAO, 2017).

No Brasil, a agricultura familiar é responsável por cerca de 70 por cento do mercado de alimentos para algumas culturas de cultivo.

Segundo relatório da FAO/2017, as mulheres rurais veem cumprindo uma série de funções-chave para a segurança alimentar regional, mas enfrentam altas taxas de pobreza, insegurança alimentar e obesidade. Têm ainda menor acesso aos recursos produtivos como terra, água, crédito e capacitação, fatores que as impedem de desenvolver todo o seu potencial.

Essas mulheres, tal qual as demais mulheres do Brasil, enfrentam desigualdades estruturais, que vão desde a falta de infraestruturas e serviços, os papéis culturais de subalternidade historicamente a elas atribuídos, além de dificuldades, como a discriminação de instituições, restrições de direitos de propriedade da terra, vulnerabilidade à mudança do clima e falta de acesso a programas sociais.

Isto posto resta, como possível solução a criação e execução de Políticas Públicas para Mulheres Rurais que cumpram o papel de equilibrar o desequilíbrio vigente e de superar o papel de subalternidade, historicamente construído e atribuído à mulher, só terá eficácia se for acompanhada e avaliada continuamente pela sociedade brasileira.

Um olhar sobre Amambai – Mato Grosso do Sul

Consideramos importante ressaltar o lugar de onde falamos, a cidade de Amambai, um dos 79 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, Unidade da Federação brasileira, localizada na região centro-oeste.

Amambai está localizada no coneshul do estado de Mato Grosso do Sul no Brasil, com uma população estimada em 38.958 habitantes (IBGE, 2018) sendo um terço da sua população indígena, das etnias Guarani e Kaiowá, em sua grande maioria vivendo na área rural, tem entre suas especificidades o fato de fazer fronteira com o Paraguai.

Em 2013, foi criado no município, a Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres, órgão ligado a prefeitura, com a principal atribuição de promover ações de enfrentamento a violência doméstica e familiar em articulação com os demais órgãos presentes no município.

Dentre os desafios no enfrentamento a violência contra mulheres na área rural identificamos o isolamento, o baixo nível de escolaridade, a dependência econômica do parceiro e, no caso das mulheres indígenas, o idioma também é um fator que torna muito mais complexo o enfrentamento a violência doméstica das mulheres na área rural. Aliado a isso temos no caso das aldeias a presença da liderança indígena que muitas vezes dificulta que os serviços de enfrentamento a violência cheguem até essas mulheres.

Um equipamento no enfrentamento a violência que tem ajudado as mulheres das regiões mais distantes foi a criação, em 2006, do canal de atendimento via telefone

180, esse serviço tem sido difundido de forma a instruir as mulheres a buscarem seus direitos e denunciarem os autores de violência doméstica, este instrumento possibilitou as mulheres rurais denunciar os casos de violência trazendo a lume a violência de gênero que acontece no campo.

Duas unidades móveis (ônibus lilás) também estão à disposição no estado para fazer viagens e levar até os locais mais distantes esclarecimentos e serviços a essas mulheres.

Todavia apenas a denúncia não é o suficiente para salvar a mulher rural da violência, pois essa mulher precisa de uma vida digna após se tornar livre do seu agressor que muitas vezes é ligado por laços de sangue e afeto, a trama envolve filhos e uma série de fatores que como expostos acima dificultam a autonomia da mulher pós rompimento de uma relação abusiva.

Algumas ações têm sido desenvolvidas em âmbito municipal para tentar dar o mínimo de condições para que essas mulheres alcancem a independência necessária para serem autoras de suas próprias vidas. Uma delas é a possibilidade de cursos de qualificação as mulheres que denunciam a violência doméstica, além disso as rodas de conversa com as mulheres levando informações sobre seus direitos tem possibilitado um novo horizonte, em especial com as campanhas de divulgação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) principal instrumento de combate a violência doméstica e familiar no Brasil.

Esse trabalho vem sendo desenvolvido em parceria com os demais órgãos que fazem parte da rede de atendimento e enfrentamento a violência doméstica e familiar no município, sendo de suma importância o envolvimento dos órgãos de segurança e justiça nesse trabalho com as mulheres.

Além disso, o município oferece também terapia com psicóloga por meio do sistema SUS às mulheres vítimas de violência. O serviço ainda não é itinerante, e demanda que essas mulheres se desloquem até a cidade para terem acesso, mas ainda sim é um instrumento de fortalecimento dessas mulheres que precisam de estabilidade emocional para superação da violência que sofrem ou sofreram.

O recorte de gênero das mulheres do campo é recentíssimo, os desafios demandam um intercâmbio de experiências e saberes com outras regiões e países com suas especificidades, saber o que tem dado certo e errado nesse enfrentamento em outros locais são de suma importância para a superação dessas desigualdades que no campo rural demandam um olhar mais apurado para essas nuances.

Considerações finais

Desta forma pretendemos ampliar o debate e as análises sobre as experiências e história de vidas das mulheres rurais visando contribuir para ampliar a troca de conhecimentos entre as diferentes áreas, instituições, pesquisadores, professores, alunos e pessoas da sociedade civil ao tempo em que sejam criados espaços para debates científicos em diferentes instituições com o objetivo de apresentar o andamento e resultados das pesquisas sobre a temática proposta. Esses objetivos serão ampliados por meio do incentivo às pesquisas que tenham como objeto de estudo as mulheres rurais

em diferentes contextos e espaços territoriais da América Latina e países lusófonos, enfatizando a complexidade e a diversidade, enfocando as contradições e tensões presentes na relação das mulheres rurais com a sociedade na qual estão ou estiveram inseridas. A divulgação será feita em eventos que contarão com participação dos membros dos grupos de pesquisas.

A ideia é organizarmos e/ou participarmos de grupos de trabalho em eventos a serem realizados tanto na América Latina como nos países lusófonos, durante os próximos meses. Isso facilitará a troca de informações e conhecimentos entre os participantes do Projeto “Mulheres Rurais: experiências e saberes”. Os Eventos são importantes para divulgarmos nosso propósito e promover a interação intelectual, social e cultural entre os diferentes participantes do Projeto. Além disso, propomos encontros entre aqueles participantes que puderem, via Skype, vídeo conferência, Hangouts e outra ferramenta disponível pela Internet.

Para finalizar pretendemos organizar e publicar uma obra que apresente os resultados das pesquisas e dos encontros. Os textos enviados para publicação da obra poderão ser escritos em português e espanhol. Futuramente enviaremos as normas para formatação e configuração dos artigos.

Referências bibliográficas

BOJANIC, ALAN. **A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-a-importancia-das-mulheres-rurais-no-desenvolvimento-sustentavel-do-futuro/> Acesso em: 21 de maio de 2018.

BRASIL. NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL. Políticas Públicas para Mulheres na Reforma Agrária. Brasília: Cartilha, 2010.

_____. NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL. Ciranda do Pronaf para as mulheres. Brasília: NEAD DEBATE. 2005.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito Administrativo e Políticas Públicas. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUTTO, Andréa. Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias In: NEAD. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2006.

FACHIN, Viviane Scalon; RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. Mulheres assentadas e relações de gênero em Mato Grosso do Sul. **III Seminário Internacional do Tempo Presente**. Florianópolis: Udesc, 2017.

FACHIN, Viviane Scalon, RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias; ARAKAKI, S. Organização do Trabalho na Reforma Agrária. In: Fabricio Antoni Deffacci; Lourenço Alves da Silva Filho; Simone de Oliveira Rocha Cavalcante. (Org.). **Dimensões do Contemporâneo: uma abordagem integrada**. 1ed. Dourados: Geratriz, 2017, v. 1, p. 91-118.

KPINS, Beatriz Junqueira. **Mulheres em Situação de Violência em Áreas Rurais**. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/20487>. Acesso em: 20/09/2018.

VERDUM, Ricardo (organizador). **Mulheres indígenas, Direitos e Políticas Públicas.**
Ela Wiecko V. Castilho ... [et al]. Brasília: Inesc, 2008.